

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

Relatório da Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada

Data da reunião: 07 de agosto de 2025

Tipo de Reunião: () Ordinária (X.) Extraordinária

Pauta da reunião:

- 1 – Aprovação *ad referendum* à Plenária da minuta de nota técnica sobre o PL nº 2159/2021
- 2 – Indicação do Diretor Sr. Thièrs para a vaga na CTIG do CERHI.

Diretora Presidente: Maria Inês Paes Ferreira

Diretor Vice-Presidente: Affonso Henrique de Albuquerque

Relator: Thiago Cardoso

Membros da Diretoria Presentes:

Maria Inês Paes Ferreira	Instituto Federal Fluminense
Affonso Albuquerque	EMATER-Rio
Henrique de Bernard Vecci	Águas de Nova Friburgo S.A.
Jolnnye Rodrigues Abrahão	Prefeitura Municipal de Rio das Ostras
Thièrs Porfírio	Instituto Visão Social
Mauro Calixto	Vale Azul Energia

Convidados:

Adriana Saad	CILSJ
Claudia Magalhães	CILSJ
Daniele Pereira	CILSJ
Karina Amoedo	CILSJ

RELATÓRIO

Para facilitar a visualização, os números nos parágrafos correspondem aos números dos itens de pauta.

1. A Sra. Maria Inês informou que parte da DC acabara de sair da Conjunta CTIG, na qual foram feitas as ponderações sobre a nota técnica. A Sra. Maria Inês mencionou que o grupo realizou alterações na nota técnica em função dos debates e que foram propostas mudanças em relação ao documento apresentado pela DC. Citou que foi realizada uma votação para aprovação da recomendação na reunião supracitada, e que a NT foi aprovada. Havia sete votantes, e o Sr. Affonso teve que se retirar. A Sra. Maria Inês explicou que, como muitas instituições tinham representação dupla, foi necessário refinar a lista para que só sete membros válidos votassem. Dos sete, quatro aprovaram a minuta e três se abstiveram. As inclusões foram apresentadas. Foi aprovado um trecho para garantir celeridade dos processos de licenciamento, mantendo a qualidade ambiental. Para finalizar, a Sra. Maria Inês disse que gostaria de abrir a palavra aos

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

demais diretores, já que ela e o Sr. Thiérs já haviam participado do debate anterior e aprovaram o texto.

1. O Sr. Jolnnye fez uma intervenção sobre o processo de licenciamento ambiental, argumentando que a lentidão é causada por dois fatores, não apenas a estrutura do órgão público (como foi colocado na nota técnica). Expôs que já participou de processos e que existe uma fragilidade e lacunas nos estudos apresentados pelos empreendimentos solicitantes, o que leva à necessidade de pedir complementações, causando assim lentidão. Ele mencionou que o empreendedor acha que já dispõe da licença só por ter pago a taxa de entrada na solicitação, e afirmou que, se o controle fosse rigoroso, pouquíssimos empreendimentos estariam licenciados. Continuou citando a questão dos processos ainda físicos em muitos municípios, que contribuíam para a lentidão. Ele mencionou também a existência de uma prática de empreendedores de solicitarem a instalação de projetos dividida por partes para evitar estudos mais complexos. Afirmou que a política municipal exercia impacto no processo. Concluiu que a nota técnica deveria ser complementada para incluir a exigência de trabalhos mais consistentes por parte dos empreendedores.
1. A Sra. Maria Inês disse que entendeu perfeitamente a fala do Sr. Jolnnye. Ela revelou que, enquanto o Sr. Jolnnye estava falando, ela fez um adendo ao parecer para contemplar o ponto levantado por ele. A Sra. Maria Inês leu o trecho proposto: a falta de celeridade no licenciamento está associada à falta de qualidade técnica dos estudos apresentados em diversos casos. Ela atestou a veracidade do trecho com base em sua experiência passada como subsecretária de ambiente no município de Macaé. O Sr. Affonso concordou com a inclusão do ponto e disse que o trecho deveria ser adicionado. A Sra. Maria Inês relatou dois exemplos de má qualidade técnica que vivenciou: 1) Um caso de EIA/RIMA em Macaé que era um "cópia e cola" de um projeto de Campos e eles esqueceram de alterar o local do evento de educação ambiental; e um 2) caso de audiência pública em que o maior risco não estava contemplado na análise de risco do empreendimento. Como justificativa, o técnico responsável foi chamado e respondeu que a avaliação deste item não havia sido realizada. O Sr. Thiérs comentou que o caso mais grave que ele viu foi um dano irreversível que foi classificado como baixo impacto.
1. O Sr. Mauro afirmou que os usuários decidiram se abster na votação anterior, justamente para não impedir que a nota técnica saísse, deixando claro que foi dada a oportunidade de aprovação, pois poderiam ter votado contra e teria morrido o assunto. Disse que julgava importante debater o PL e que discordava da recomendação de rejeição integral, pois achava que o Brasil carecia de uma atualização nas leis de licenciamento. Mencionou que o PL tinha pontos sensíveis a serem revistos, especialmente quanto à participação popular. Concordou que havia fragilidades como "cópia e cola" nos estudos, mas que o tempo de resposta e análise precisaria ser melhorado. Sugeriu um ajuste fino entre os três setores e propôs que, havendo um veto parcial, o Comitê formasse um grupo para se debruçar sobre os pontos vetados e apresentasse uma

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

proposta concreta ao Governo para ajuste do texto.

1. A Sra. Maria Inês agradeceu e disse que ficou muito claro o posicionamento. Gostou da proposta do GT temporário, pois era o que se esperava e mencionou que a Dra. Karina já havia se colado à disposição para compor o grupo. A Sra. Maria Inês elogiou e agradeceu o setor usuário por não ter recrudescido no seu posicionamento, por entender que o próprio que o PL seria danoso também ao setor. Ela questionou se o Sr. Bernard queria se posicionar e propôs a votação. A Sra. Maria Inês então listou no chat as duas inclusões de pauta para a deliberação *ad referendum* e início da votação:

1. Criação de GT temporário para apreciação de possíveis vetos ao PL.
2. Indicação do Diretor Thièrs para a vaga na CTIG do CERHI.

A Sra. Maria Inês confirmou que as três questões (a nota técnica revisada e as duas inclusões de pauta) seriam votadas *ad referendum*.

1. A Sra. Maria Inês perguntou se era consenso e se havia alguém que se abstinha. O Sr. Mauro disse que iria manter a abstenção quanto ao conteúdo da Nota Técnica. Declarou que estava de acordo com a criação do GT e com a indicação de Sr. Thièrs. O Sr. Affonso confirmou que já tinha dito estar de acordo com os três pontos. O Sr. Bernard verbalizou seu voto de acordo com ambos os pontos. O Sr. Jolnnye verbalizou seu voto de acordo com os três pontos. A Sra. Maria Inês declarou que os três pontos estavam aprovados, dois por unanimidade (criação do GT e indicação de Sr. Thièrs) e um por maioria simples (nota técnica revisada). Os diretores aprovaram o texto da nota técnica para ser encaminhada à Presidência da República.

O Sr. Jolnnye fez um complemento, sugerindo que o GT trabalhasse não só os possíveis vetos do PL, mas que atingisse a ponta (o município), mencionando que em Rio das Ostras estavam revisando a lei de licenciamento. Sugeriu fazer uma ponte com secretários e prefeitos para o entendimento, especialmente relacionado à revisão do plano de bacia. O Sr. Bernard interveio, reforçando o ponto sobre a importância da melhoria dos processos nos municípios. Ele sugeriu que os diretores olhassem o site da Secretaria de Meio Ambiente de Nova Friburgo, que estava dando um exemplo de profissionalismo, seriedade e celeridade nos processos, graças a uma equipe altamente qualificada e à isonomia. Ele afirmou que todos os processos eram digitais, o que facilitava a rapidez na análise. Mencionou que o site trazia modelos e formatos específicos de documentos, o que auxiliava o empreendedor a ser mais assertivo e reduzia a margem de erro.

1. O Sr. Bernard reforçou que Nova Friburgo estava à frente nesse quesito e convidou todos a conferir o site para adotar as boas práticas. O Sr. Jolnnye aproveitou o relato para concordar com a seriedade da equipe de Nova Friburgo, mas apontou que, em Rio das Ostras, o site era instável. Mencionou que, apesar disso, o município tinha resoluções e referências (passo-a-passo) para o empreendedor. Ressaltou que o problema maior, que fragilizava o processo, era a

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

contratação de consultorias, entre as quais poucas detinham *expertise* para conduzir um licenciamento mais complexo no município. Concordou que o processo digital facilitava e mencionou que Rio das Ostras estava entrando na digitalização com apoio do Estado. O Sr. Bernard concordou que havia profissionais que deixavam a desejar e reiterou o convite para que olhassem o link do site que ele colocou. Reafirmou a importância do conhecimento técnico e da seriedade da equipe de Nova Friburgo. Esclareceu um ponto: o GT aprovado era para olhar possíveis vetos ao PL, e não para se debruçar sobre o licenciamento municipal (lei por lei), pois isso não era competência do Comitê, que já estava assoberbado. Disse que sabia que a Plenária teria uma reação a tal envolvimento. A Sra. Maria Inês argumentou que a prioridade deveria ser o estabelecimento dos critérios de outorga e que isso dependia da revisão do Plano de Recursos Hídricos. O Sr. Jolnnye interrompeu, dizendo que o ponto era nesse sentido: a relação da região hidrográfica com o licenciamento. A Sra. Maria Inês reforçou que o foco deveria ser em critérios de outorga, mas que achava leviano fazer isso sem o balanço hídrico atualizado, dependendo da revisão do plano. O Sr. Thièrs colocou a situação da Prefeitura de Macaé, onde o Secretário convocou o conselho para uma simplificação da legislação. Disse que os membros do conselho não entenderam o que ele pretendia com isso, mas que alertaram que a legislação já permitia a simplificação em alguns casos e pediu atenção para não exceder os limites federais. Acreditava que o objetivo era celeridade e desburocratização. Mencionou que a Secretaria possuía uma equipe técnica qualificada, mas era pouca para a demanda. Continuou que a parte digital poderia avançar e achava importante que os municípios conversassem, pois tratavam o licenciamento "no seu quintal", mesmo havendo recursos hídricos que dividiam municípios. Sugeriu um modelo de simplificação baseado na aplicação em Nova Friburgo. Comprometeu-se a levar a sugestão do Sr. Bernard para a reunião do Conselho do COMMADS e propôs a criação de um Fórum Intermunicipal de debates sobre licenciamento para replicar boas práticas na bacia hidrográfica. Mencionou que a funcionalidade dependia de recurso, profissionais e fiscalização, fatores que eram deficientes em Macaé. Acreditava que a queixa era legítima, pois a ineficiência afetava vários setores. O Sr. Bernard disse que apoiava o fórum e disse que a equipe de Nova Friburgo era aberta para multiplicar as boas práticas. Concordou em participar da organização do fórum. O Sr. Mauro apoiou a ideia do fórum e disse que contaria com ele. Reforçou que a solução estava na conversa entre pessoas, não apenas em leis. O Sr. Thièrs agradeceu e concordou que era fundamental a união e o diálogo para construir uma solução em conjunto, focada na preservação da vida. O Sr. Mauro expressou satisfação e disse que achava que a relação entre pessoas era a solução para todo tipo de conflito. O Sr. Bernard concordou com o Sr. Thièrs e com o Sr. Mauro sobre a importância do diálogo entre pessoas, mencionando o conflito existente entre a representação e a opinião pessoal. Reafirmou a maturidade e o nível técnico do CBH Macaé Ostras para o debate. Concluiu que, apesar das divergências porventura existentes entre setores e empresas, o debate deveria ser pautado em técnica e cordialidade, e que o Comitê tinha pessoas de altíssimo nível e humanas.



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

A representação do Sr. Thiers na CTIG foi aprovada pelos diretores e encaminhada para formalização e envio ao CERHI.

Aprovação em 29/04/2026.

MARIA INÊS PAES PEREIRA

Diretora Presidente



Consórcio Intermunicipal Ambiental Lagos São João – CILSJ
Entidade Delegatária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras

Tel.: +55 (22) 98841-2358

www.cilsj.org.br